



## Aprovado reajuste a policiais federais e peritos agrários

Jefferson Rudy/Agência Senado



Já está em vigor a lei decorrente da medida que foi votada em Plenário e definiu o aumento

O texto aprovado estabeleceu mudanças nas carreiras da Polícia Federal. Agentes, escrivães e papiloscopistas foram reclassificados, de nível médio para superior. Com a MP, o salário inicial dos policiais passou a ser de R\$ 8.416,05 em junho deste ano e chegará a R\$ 8.702,20 em janeiro. **3**

Policiais lotam as galerias do Plenário para acompanhar a votação da MP, elogiada por vários senadores

**Em pauta, projeto impede esquema que favorece parente em licitação **2****

**Avança proposta que busca reduzir acidentes com fogos de artifício **6****

**Comissão vota texto que permite importar remédio à base de *Cannabis* **6****

**Restaurante pode ter que tornar públicos dados nutricionais de refeições **7****

**Senadores devem avaliar hoje a regulamentação de albergue turístico **8****

### Forma de consulta popular na reforma política divide senadores

Em dia de repercussão sobre a reforma política apresentada como prioridade do segundo mandato pela presidente reeleita Dilma Rousseff, senadores demonstraram ontem apoio à iniciativa, mas divergiram em relação à forma de consulta popular que deverá acompanhar

as discussões: se por meio de plebiscito, como propôs Dilma, ou de referendo. Apesar de declarar-se pela segunda opção, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse considerar essa uma questão técnica e afirmou que o fundamental é uma união nacional em torno do tema. **4 e 5**

Renan Calheiros admitiu que o modelo político está falido e lembrou que o Senado já aprovou mudanças, não analisadas pela Câmara



Marcos Oliveira/Agência Senado

### Fabricante poderá ter que fornecer manuais em áudio

A Comissão de Meio Ambiente aprovou projeto que dá aos deficientes visuais o direito de exigir de fabricantes versão sonora dos manuais que acompanham as mercadorias. O pedido deverá ser aten-

dido em até 5 dias úteis e o consumidor terá até 180 dias para solicitar a versão em áudio do manual. O relator, Rodrigo Rollemberg, propôs a disponibilização na internet dos manuais para cegos. **7**

**Prorrogação de isenção fiscal deve superar R\$ 20 bilhões até o fim da década **2****

**Comissão tenta votar hoje texto preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias **8****

### Cosenza será ouvido hoje pela CPI Mista da Petrobras

O diretor de Abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza, será ouvido hoje pela CPI mista que apura irregularidades na estatal do petróleo. A convocação do executivo tem o objetivo de esclarecer denúncias publicadas

na imprensa relacionando o nome dele ao do doleiro Alberto Youssef. O depoimento de Cosenza, que substituiu Paulo Roberto Costa no cargo, estava previsto para o dia 22, mas foi adiado sob a alegação de problemas de saúde. **3**

Desonerações geradas por medida provisória podem superar R\$ 20 bilhões até o fim da década. Hoje serão escolhidos presidente e relator do colegiado de senadores e deputados que avaliará a MP



A MP 656/2014 prorroga até 2018 a isenção do IPI sobre computadores pessoais, notebooks, tablets e smartphones

## Comissão sobre isenção fiscal será instalada hoje

SERÁ INSTALADA HOJE a comissão mista que vai analisar a MP 656/2014, que prorroga até 2018 isenções fiscais que valeriam até o fim deste ano. De acordo com cálculos do governo, o total de tributos não arrecadados em virtude dessas desonerações e isenções pode alcançar mais de R\$ 20 bilhões até o fim da década.

Entre as isenções está, por exemplo, a redução a zero das alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins na compra e na importação dos componentes dos aerogeradores (equipamentos para a geração de energia eólica). Entre maio de 2013 e

maio deste ano, a produção de energia eólica aumentou 44%, segundo estudo divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Outra isenção prorrogada foi a do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre computadores pessoais, notebooks, tablets e smartphones. Na área de resíduos sólidos, foi prorrogado o uso de crédito presumido do IPI, de 10% a 50%, dependendo do tipo de resíduo, para as indústrias que reciclarem lixo. Como o mercado não é muito grande, o governo considera irrelevante o peso dessa desoneração.

A MP também prorroga até 2019 a possibilidade de o empregador deduzir do Imposto de Renda (IR) a parcela referente à contribuição patronal paga à Previdência incidente sobre o valor da remuneração do empregado doméstico.

A medida beneficia ainda o Programa Minha Casa, Minha Vida. Neste caso, será mantida a redução da alíquota de 4% para 1% do Regime Especial de Tributação (RET) vigente para a empresa contratada para construir unidades com valor de até R\$ 100 mil.

A reunião da comissão está marcada para as 14h.

## Procurador-geral da República apresenta relatório

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reúne-se hoje, às 9h30, para receber o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Ele vem ao Senado para apresentar o *Relatório Executivo de Resultados do Procurador-Geral da República*, referente ao período de setembro de 2013

a agosto deste ano. O documento mostra os principais trabalhos do chefe do Ministério Público, focando ações de transparência, profissionalismo e efetividade.

No relatório, Janot lembra que há um ano esteve na CCJ, em arguição pública que resultou na aprovação dele para o

cargo. “Naquele dia, disse que apresentaria anualmente ao Senado Federal um relatório de prestação de contas à sociedade, no esforço de realizar um trabalho transparente, eficaz e eficiente”, recorda Janot. Depois do encontro com o procurador-geral, a comissão segue em reunião ordinária.

## Reunião define agenda sobre aviação regional

A comissão mista criada para analisar a Medida Provisória (MP) 652/2014, que oferece subsídios para a aviação civil regional, deve se reunir hoje para definir o cronograma de trabalho. A medida provisória cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional para subsidiar operações de empresas aéreas em aeroportos com até 1 milhão de passageiros por ano.

A subvenção servirá para baratear as passagens em voos com origem ou destino em aeroportos regionais. O objetivo, segundo o governo, é aumentar o acesso da população ao transporte aéreo e o número de municípios e rotas atendidos.

Editada no fim de julho pelo governo federal, a MP 652/2014 teve a vigência estendida até 24 de novembro.

Também está marcada para hoje reunião da comissão que analisa a MP 653/2014, com o objetivo de definir o cronograma de trabalho. A medida provisória flexibiliza a exigência de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento das farmácias.

### Adiamentos

As Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Assuntos Econômicos (CAE) adiaram reuniões marcadas para ontem.

Na CCT, um dos projetos em pauta era o PLS 96/2014, que

dá aos fabricantes de celulares instalados no país incentivos fiscais para que eles adotem um modelo de carregador universal a ser definido pela Anatel.

O presidente da comissão, Zeze Perrella (PDT-MG), convocou o colegiado para audiência pública na terça-feira, quando será debatido o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

A CAE tinha 16 projetos na pauta. Um deles é o PLS 453/2013, de autoria de Ana Amélia (PP-RS), que permite às fundações recolher a contribuição previdenciária patronal com base na receita bruta, e não na folha de pagamento.

## Projeto proíbe empresas de parentes em licitações

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar hoje projeto de Humberto Costa (PT-PE) que altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) para proibir que agentes públicos dotados de competência decisória em processo de licitação celebrem contratos com pessoas ou empresas cujos sócios sejam parentes (até terceiro grau) do servidor.

O principal objetivo do PLS 485/2011, que será votado em decisão terminativa na CCJ, é inibir a corrupção e o desvio de recursos públicos em licitação. O senador lembra que são frequentes as denúncias de esquemas em que empresas de parentes de servidores são beneficiadas em licitações, “com expedientes como o direcionamento de editais ou a formação de conluís com outras empresas”.

“Os contratos celebrados nessas condições são utilizados para subtrair recursos do

erário, por meio de aditivos contratuais que aumentam os valores pagos pelo poder público ou pela mera ausência de fiscalização da sua execução”, afirma o autor.

O projeto ainda estende a proibição, em cada ente federativo, a todos os órgãos e entidades da administração pública da mesma área de atuação. Assim, as empresas de parentes de dirigentes de um ministério ou secretaria não poderão celebrar contratos relacionados aos respectivos órgãos ou com as autarquias a eles vinculados.

Em relatório favorável à proposta, Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirma que o projeto homenageia os princípios constitucionais da eficiência, da moralidade e da impessoalidade na administração pública e impõe um obstáculo efetivo à “malversação dos recursos públicos pela via do processo licitatório”.



Relatora, Gleisi acredita que o projeto poderá evitar o desvio de recursos

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Pauta trancada

14h Sessão ordinária deliberativa.

#### CAS Aeronautas

9h Votação de jornada para aeronautas e da obrigatoriedade de informações nutricionais sobre alimentos preparados.

#### CDR Torneiras automáticas

9h Na pauta, proposta que obriga o uso de torneiras com vedação automática em todos os banheiros de uso coletivo.

#### CCJ Relatório da Procuradoria-Geral

9h30 O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresenta resultados de setembro de 2013 a agosto de 2014.

#### CMO Diretrizes orçamentárias

12h Votação do relatório preliminar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e seis projetos de créditos especiais.

#### MEDIDAS PROVISÓRIAS Comissões

14h MP 656/2014, que prorroga desonerações. Às 14h10, MP 657/2014, que reorganiza a carreira de policial federal. Às 14h30, MP 652/2014, sobre aviação regional. Às 15h, MP 653/2014, sobre a presença de farmacêutico nas farmácias.

#### CPMI José Carlos Cosenza

14h30 Depoimento do diretor da Petróbras José Carlos Cosenza.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Aprovação da MP foi saudada por diversos senadores que usaram a tribuna do Plenário para elogiar o trabalho dos policiais

## Senado aprova e promulga reajuste para Polícia Federal

Agentes, escrivães e papiloscopistas lotaram as galerias para acompanhar votação de medida provisória que reclassifica as carreiras como nível superior e também concede aumento a peritos agrários do Incra

O SENADO APROVOU ontem a Medida Provisória 650/2014, que altera as carreiras do Departamento de Polícia Federal e concede aumento a agentes, escrivães e papiloscopistas. A MP, que também dá reajuste aos peritos federais agrários, foi aprovada no último dia de vigência. A MP foi promulgada na mesma sessão e deu origem à Lei 13.034/2014.

Com as galerias lotadas de policiais, a medida foi saudada por senadores do governo e da oposição.

— Tenho um particular prazer [em promulgar a lei] porque sempre tivemos uma convergência muito grande com a Polícia Federal, enquanto instituição constitucional que cumpre as suas atribuições — declarou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Os policiais em início de carreira, que ganhavam R\$ 7.514,33 antes da MP, passaram a receber 8.416,05 em junho deste ano e chegarão a R\$ 8.702,20 em janeiro de 2015. Os da classe especial, que ganhavam R\$ 11.879,08, estão recebendo R\$ 13.304,57 e passarão a R\$ 13.756,93.

Agentes, escrivães e papiloscopistas não haviam recebido o reajuste de 15,8% dado a outras categorias do serviço público e escalonado em três anos.

O reajuste para os peritos federais agrários do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (Incra) é na gratificação de desempenho. Segundo o governo, o impacto com o aumento dos policiais será de R\$ 180,2 milhões neste ano e de R\$ 383,4 milhões em 2015 e exercícios seguintes. Com o dos peritos do Incra, o impacto será de R\$ 12,4 milhões em 2014 e de R\$ 31,7 milhões nos próximos anos.

— Essa MP é resultado de uma longa discussão, mediação e cessão, por parte dos trabalhadores e do governo federal — disse o relator, José Pimentel (PT-CE).

### Nível superior

A principal mudança na carreira é tornar os três cargos de nível superior. Hoje, eles são considerados de nível médio. Com a MP, os concursos para os cargos, que atualmente são provas, poderão passar a ter análise de títulos.

A garantia do nível superior foi um dos pontos mais elogiados em Plenário. A mudança foi lembrada por Inácio Arruda (PCdoB-CE), José Agripino (DEM-RN), Humberto Costa (PT-PE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), entre outros senadores.

— A proposição procura atender uma demanda histórica dessas categorias — afirmou Humberto.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP) ressaltaram o trabalho dos policiais federais no combate

à corrupção. Pedro Taques (PDT-MT) disse dever a vida aos policiais que fizeram a escolta dele quando atuava no Ministério Público Federal.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) elogiou a PF e fez o que chamou de desabafo com relação a informações propagadas sobre ele na internet. Segundo o senador, a “rede social petista” teria divulgado a informação falsa de que ele era contra a medida provisória (leia mais na página 8).

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados, houve polêmica a respeito de emendas que contemplariam as reivindicações de delegados. As alterações sugeridas foram rejeitadas, mas o governo editou a MP 657/2014 (leia texto abaixo) para atender essas reivindicações, o que levou à greve dos agentes, escrivães e papiloscopistas.

Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o governo contribuiu para o desajuste na Polícia Federal, fomentando uma divisão que não deveria existir. Jarbas, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Odacir Soares (PP-RO) também mencionaram as más condições em que os policiais exercem o trabalho. Sérgio Petecão (PSD-AC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defenderam a criação de adicional de fronteira para atrair policiais às regiões mais isoladas.

## Comissão que analisará MP sobre delegados será instalada hoje

Comissão mista para análise da MP 657/2014, que trata da carreira de delegado da Polícia Federal (PF), será instalada hoje, às 14h, com a escolha do presidente e do vice-presidente. A medida, que altera a Lei 9.266/1996, foi publicada no dia 13.

A MP modifica a forma de ingresso no cargo de delegado

da PF. Além de ser bacharel em direito, o candidato precisará ter três anos de atividade policial ou jurídica. A medida também determina que o cargo de diretor-geral da corporação deverá ser ocupado por delegado que esteja na última classe do cargo, a especial.

A reestruturação na carreira de delegado havia sido inclu-

ída por meio de emenda na MP 650/2014, que trata das carreiras de agentes, escrivães da corporação, quando da votação na Câmara dos deputados. Não houve, porém, acordo sobre a questão e a emenda acabou rejeitada.

A MP trancará a pauta dos Plenários da Câmara e Senado a partir de 5 de dezembro.

## Novembro terá três sessões especiais de homenagem

O Plenário do Senado aprovou ontem a realização de três sessões especiais de homenagens para os próximos dias. A primeira delas, na próxima segunda-feira, terá a finalidade de comemorar os 100 anos de nascimento do cantor e compositor Lupicínio Rodrigues.

Gaúcho de Porto Alegre, Lupicínio foi autor de marchinhas de carnaval e sambas-canção. É considerado um dos compositores mais originais da música popular brasileira. A iniciativa da homenagem foi de Ana Amélia (PP-RS).

Na terça-feira, será a vez de comemorar os 50 anos de fundação da Congregação Irmãs de Maria de Banneux. Criada pelo padre Aloysius Schwartz, na Coreia do Sul, em 1964, a instituição trabalha pela promoção da educação infantil

e fundamental por meio de creches e escolas e oferece assistência médica e social aos mais necessitados. Atua também nas Filipinas, México, Guatemala e Brasil. A sugestão da homenagem foi de José Sarney (PMDB-AP) e de outros parlamentares.

Já no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, a sessão especial será destinada à entrega da primeira edição da Comenda Abdias Nascimento. A honraria homenageia pessoas que trabalham para valorizar a cultura afro-brasileira.

Entre os premiados, estão os cantores Gilberto Gil e Martinho da Vila, o ator Milton Gonçalves e o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves. A iniciativa da sessão foi de Paulo Paim (PT-RS) e de outros senadores.

## CPI Mista da Petrobras reúne-se para ouvir José Carlos Cosenza

A CPMI da Petrobras vai realizar hoje reunião para ouvir o atual diretor de Abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza. Ele assumiu o cargo no lugar de Paulo Roberto Costa, preso pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato. A reunião da CPMI está marcada para as 14h30.

O depoimento ocorre em razão de dois requerimentos, apresentados pelos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Carlos Sampaio (PSDB-SP), subscritos pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e outros membros da comissão.

De acordo com Bueno, a expectativa é obter esclarecimentos sobre revelações feitas pela imprensa mencionando o nome de Cosenza e o ligando a condutas consideradas criminosas praticadas pelo doleiro Alberto Youssef (preso sob acusação de prática de crimes contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa), por Paulo Roberto Costa (ex-diretor de Abastecimento da Petrobras) e pelo deputado Luiz Argôlo (SD-BA) — alvo de duas representações no Conselho de Ética da Câmara por quebra do decoro parlamentar em virtude de envolvimento com Youssef.

Já o deputado Carlos Sampaio destaca, no requerimento, a demissão recente de vários executivos da Diretoria de Abastecimento da Petrobras e afirma que Cosenza, “por indicação do PMDB, não caiu”. Registra ainda que o ex-diretor tentou fazer negócios



Agência Petrobras

Diretor de Abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza

diretamente com a estatal mesmo depois de deixar o cargo, ao enviar uma carta à presidente, Graca Foster, propondo parceria entre a empresa e a REF Brasil, um empreendimento que ele vinha tocando até ser preso e que previa a construção, com recursos privados, de pequenas refinarias de petróleo em pelo menos quatro estados brasileiros. Cosenza teria sido indicado por Graça para tratar do assunto.

O depoimento estava previsto inicialmente para o dia 22, mas José Carlos Cosenza alegou problemas médicos e não compareceu. Membros da oposição chegaram a duvidar do atestado médico apresentado, já que, em uma primeira versão, mais tarde emendada, o documento não informava a doença do executivo.

Inicialmente a reunião de hoje estava destinada ao depoimento do doleiro Alberto Youssef, que, entretanto, passou mal na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, no fim de semana, e foi internado. Ele já havia dito que permaneceria calado.



# Avançam regras para utilizar fogos de artifício

A CMA aprovou projeto que regula a fabricação, o comércio e o uso dos artefatos. De autoria de Cyro Miranda, o texto classifica esses produtos nas classes de A a E, por ordem crescente de perigo

PROJETO QUE DISCIPLINA a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). A proposta (PLS 497/2013), de Cyro Miranda (PSDB-GO), segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Lido por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o projeto recebeu elogios dos demais parlamentares pela clareza de detalhes a fim de prevenir acidentes. O texto foi aprovado com emendas do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR).

Cyro apresentou a proposta motivado por dois episódios que ocorreram em 2013: a morte de um torcedor durante jogo de futebol entre Corinthians e San José, na Bolívia, atingido por sinalizador, e o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria (RS), onde morreram 242 pessoas.

— Quando fui pesquisar, realmente me defrontei com essa legislação, que data de 1942. Então, nós procuramos nos dedicar a esse projeto durante três meses, ouvindo todas as partes envolvidas, fabricantes, logística, comércio, área de segurança — afirmou.



Blairo Maggi preside reunião da CMA que aprovou projeto de Cyro Miranda

O projeto classifica os fogos de artifício em classes de A a E, em ordem crescente de perigo, e proíbe a fabricação, o comércio e a queima de balões pirotécnicos e fogos de artifício que empregarem altos explosivos, compostos de materiais muito sensíveis, que podem explodir sob a ação do fogo ou pelo impacto de um golpe.

Os fogos da classe E são de uso restrito, com venda somente para espetáculos pirotécnicos, realizados por pessoas identificadas em cadastro a ser mantido pelo estabelecimento que vende os produtos. Só podem ser queimados com licença da

autoridade competente, com horário e local previamente definidos.

Para as demais classes, o relator propõe que a venda seja restrita a pessoas com idade mínima de 18 anos. No texto original, Cyro fixava em 18 anos a idade mínima para venda de fogos das classes C e D, prevendo que pessoas a partir de 12 anos de idade poderiam adquirir produtos da classe A e, com 16 anos, os da classe B. Alvaro modificou a regra por considerar que antes dos 18 anos não seria possível compreender a periculosidade dos produtos, em qualquer das quatro classes. Odacir Soares (PP-RO) elogiou a restrição.

## Comissão aprova projeto que protege tomadores de crédito

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto de Alfredo Nascimento (PR-AM) que obriga as instituições financeiras a prestar, sempre que solicitadas detalhadas sobre contratos de crédito. A proposta segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 524/2013) prevê o fornecimento de informações como saldo devedor atualizado; quantidade e valor das parcelas pagas, vencidas e a vencer; data de contratação, taxas de juros, de mora e de administração; encargos, multas por inadimplemento e tributos; e condições para amortização ou liquidação antecipada.

As informações deverão ser prestadas no prazo de dez dias úteis, a contar da solicitação, e deverão ser em formato que

permita fácil compreensão. O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou emenda para determinar que as informações sejam fornecidas por escrito, podendo ser enviadas por meio eletrônico, caso seja solicitado pelo cliente.

O descumprimento sujeita os responsáveis a penalidades previstas na lei, como a que regulamenta o Sistema Financeiro Nacional (Lei 4.595/1964).

Na justificativa, Nascimento cita problemas após a contratação de crédito, como nos casos em que o consumidor quer pagar antecipadamente.

“Ao procurar os serviços de atendimento ao cliente, o consumidor é empurrado de atendente em atendente, isso quando não é simplesmente desconectado da ligação sem qualquer explicação”, afirma o parlamentar.



Raupp apresentou emenda que exige o fornecimento de dados por escrito

## Importação de remédio à base de *Cannabis* pode ser votada hoje

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar hoje proposta que permite a importação de derivados e produtos à base de *Cannabis sativa* para uso medicinal.

A medida está prevista em texto substitutivo que Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 37/2013, que promove ampla reformulação na Lei Antidrogas (Lei 11.343/2006). O senador é o relator da proposta na CCJ.

De acordo com o substitutivo, a autorização será dada a pacientes ou a seus representantes legais e a aquisição da substância deve fazer parte

do tratamento de doença grave. A liberação de compra dependerá ainda da apresentação de receita médica e de autorização de órgão federal de saúde.

“Optamos por seguir a tendência que já vem sendo encampada pelo Judiciário, que é de permitir a importação de canabinoides para uso medicinal, em casos específicos de certas doenças graves”, escreveu o senador no relatório.

O PLC 37/2013 tramita independentemente das discussões que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vem tra-

vando a respeito da regulação do uso recreativo, medicinal e industrial da maconha.

Sob o comando de Cristovam Buarque (PDT-DF), a CDH promoveu seis debates para instruir a votação da Sugestão 8/2014, proposta de iniciativa popular que visa regulamentar a maconha e que teve apoio de mais de 20 mil cidadãos.

Relator da sugestão, Cristovam indicou que deve propor inicialmente a regulamentação do uso medicinal, enquanto o uso recreativo deverá ser mais debatido. A posição é semelhante à de Valadares.

No texto em tramitação na CCJ, Valadares deve incluir, além de emendas parlamentares, sugestões apresentadas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Uma delas foi a fixação de um parâmetro mínimo de porte de droga para diferenciar usuário e traficante. Fernando Henrique propôs que esse critério considerasse dez dias de consumo individual, conforme é adotado na legislação de Portugal.

Valadares optou, no entanto, por manter como referencial uma quantidade suficiente para consumo individual por cinco dias, a ser calculada a

partir de limites definidos pelo Poder Executivo.

Fernando Henrique também manifestou preocupação com a prioridade garantida pelo substitutivo no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) das comunidades terapêuticas que tratam dependentes químicos.

O senador concordou em rever este ponto e tratou de admitir uma prioridade “conforme o fluxo organizativo e institucional estabelecido pelo SUS”.

Depois de passar pela CCJ, o PLC 37/2013 ainda será discutido e votado por quatro comissões, incluindo a CDH.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burle

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

# Deficiente visual poderá pedir manuais em áudio de produtos

Projeto aprovado ontem em comissão obriga os fabricantes a fornecerem as versões sonoras, quando solicitadas

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem projeto que obriga fabricantes a fornecerem versão em áudio dos manuais que acompanham os produtos, quando o consumidor com deficiência visual solicitar. A exigência deverá ser atendida em até 5 dias úteis após o pedido e o consumidor terá até 180 dias, após a compra, para solicitar a versão em áudio.

A medida consta de texto substitutivo do

apresentado pelo relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 205/2012, de Jayme Campos (DEM-MT).

Rollemberg propõe que a versão em áudio seja disponibilizada na internet para ser baixada gratuitamente do site indicado pelo fabricante.

A obrigatoriedade de fornecer versão em áudio também se aplica a normas de prestação de serviços, antes e durante o atendimento ao consumidor.

O relator optou por in-



Fleury fala na reunião da CMA, ao lado de Cintra e Ana Rita

cluir as normas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), e não na Lei 10.098/2000, que promove a acessibilidade, como estava pre-

visto no texto original.

A proposta segue agora para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde será votada em decisão final.

## Comissão vota divulgação de dado nutricional por restaurante

Restaurantes e lanchonetes poderão ser obrigados a disponibilizar aos clientes as informações nutricionais dos pratos servidos. A medida consta de um projeto a ser votado hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Com a proposta (PLS 489/2011), o autor, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), quer ajudar o consumidor a fazer escolhas saudáveis, como forma de evitar o sobrepeso e doenças como hipertensão e diabetes.

— Atraídos pelo paladar, pela praticidade e pelo preço, muitos brasileiros baseiam a sua dieta em comidas rápidas, caracterizadas por alta densidade energética, abundância de gordura e carboidratos e escassez de fibras, vitaminas e

minerais — diz.

O senador entende que a disponibilização da informação nutricional é condição essencial para que os consumidores tomem consciência do tipo de alimentos que estão ingerindo e optem por escolhas mais benéficas.

Valadares explica que as informações podem estar contidas nas embalagens dos produtos, em cartazes, nos cardápios e até na internet.

O projeto já foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A relatora na CAS, Lúcia Vânia (PSDB-GO), recomenda a aprovação. A decisão da CAS é terminativa — salvo aprovação de recurso para análise em Plenário, o projeto irá para a Câmara.

## Proposta prevê que rótulo aponte nível de lactose nos alimentos

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, projeto que obriga a indústria a indicar no rótulo das embalagens de alimentos o respectivo teor de lactose.

Autor do texto (PLS 260/2013), Paulo Bauer (PSDB-SC) cita a elevada ocorrência da intolerância à lactose no Brasil. Estudos apontam percentuais que vão de 45% a 71%. O senador assinala a importância de informar o teor da lactose para que as pessoas afetadas possam administrar o consumo diário de leite e derivados, de forma a manter uma ingestão adequada de cálcio.

Relator da matéria, Cícero Lucena (PSDB-PB) disse que o projeto atende o direito dos

cidadãos de saberem o conteúdo daquilo que estão comprando.

### Navios

A atividade de trabalhadores marítimos empregados a bordo de navios de turismo estrangeiros que operem em águas brasileiras poderá ser submetida a regras mais rígidas, caso se aprove o PLS 418/2013. De Paulo Paim (PT-RS), o projeto tem parecer favorável de Vital do Rêgo (PMDB-PB). O texto é voltado para os marítimos contratados fora do país. Segundo o texto, eles deverão ter autorização do Ministério do Trabalho. Paim afirma que o Brasil deve assegurar proteção aos trabalhadores que não têm contratos sujeitos à legislação nacional.

## Luiz Henrique defende restrição à divulgação de pesquisas eleitorais

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu proposta dele que proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais desde 15 dias antes da votação (PEC 57/2012). Segundo o senador, os números das pesquisas podem influenciar eleitores, animar ou desanimar a militância e incentivar ou afastar os financiadores de campanha e, assim, prejudicar ou beneficiar candidatos.

Ele citou exemplos, em Santa Catarina, de pesquisas eleitorais que não se confirmaram após a apuração dos votos.

— Evidentemente que a publicação de pesquisas às vésperas da decisão beneficia os candidatos mais poderosos. Uma parte das lideranças é proprietária de jornais e de emissoras de rádio e TV — disse.



Moreira/Murilo/Agência Senado

## Jarbas pede compromisso do STF com a liberdade de imprensa

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que o Senado deve tomar providências para garantir a liberdade de imprensa. Ele pediu à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que, nas sabbatinas de futuros indicados a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), cobre o compromisso com a imprensa livre.

O senador disse temer que o PT tente cercear a imprensa. A preocupação se deve, especialmente, ao ataque à revista *Veja* na semana passada por causa de reportagem afirmando que a presidente Dilma e o ex-presidente Lula sabiam da corrupção na Petrobras. Jarbas lembrou que, até 2018, Dilma escolherá mais cinco ministros do STF. Em 16 anos, disse, 18 membros da Corte terão sido indicados pelo PT.



Gerardo/Magelo/Agência Senado

## Mozarildo relata pressões sobre funcionalismo de Roraima

Ao lembrar a comemoração, ontem, do Dia do Servidor Público, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou que esses trabalhadores continuem sendo tratados de “forma indigna” pelos governantes. O senador, que é professor universitário, criticou o “baixo nível” das eleições em Roraima, onde funcionários teriam sofrido pressões para envolver-se na campanha.

— Todos eles, na verdade, sofreram nessas eleições lá em Roraima pressões de toda ordem para adesivar os carros com o adesivo do governador, para adesivar suas casas, colocar placas e até para não comparecer às urnas quando eles não tinham certeza do posicionamento desses funcionários — lamentou.



Gerardo/Magelo/Agência Senado

SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

4ª Sessão Legislativa Ordinária  
54ª Legislatura  
Segunda-feira, 22 de setembro de 2014  
Às 14 horas  
138ª Sessão  
(não deliberativa)

Conheça a nova **Ordem do Dia**.  
Agora com novo leiaute. Mais simples,  
econômico e fácil de usar.  
Além do novo formato impresso reduzido,  
também é possível obter as demais  
informações em meio digital.  
Basta acessar pelo QR Code.

Conheça a **nova** ordem da Casa

Mais informações:  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>  
Secretaria de Informação Legislativa  
61 3303-3325 / 3303-7279

# Aloysio desabafa sobre inverdades em redes

Senador criticou a campanha difamatória, feita, afirmou, pelo PT contra ele nas redes sociais. Para Humberto, as mentiras vieram de pessoas isoladas, e não do partido

O SENADOR ALOYSIO Nunes Ferreira (PSDB-SP) fez um desabafo, ontem, sobre difamações divulgadas a respeito dele nas redes sociais petistas, na campanha eleitoral.

Durante votação da MP 650/2014, ele afirmou que a rede petista o chamou de homofóbico, de traficante de drogas e o acusou de ter sido contra propostas importantes, tais como a que instalou a Comissão da Verdade, a que previa a expropriação de terras onde existisse trabalho escravo e a própria MP 650, que reestrutura a carreira da Polícia Federal.

— Eu quero aqui fazer esse desabafo perante o Senado, que me conhece. Como é possível descer tão baixo na calúnia, na infâmia? Transformar as redes sociais em um esgoto para destruir adversários —



Aloysio Nunes e Humberto Costa divergem sobre origem das difamações feitas nas redes sociais contra o político tucano

protestou o senador.

Aloysio acredita que a presidente Dilma Rousseff sabia sobre as injúrias que estavam sendo feitas contra ele e contra o PSDB nas redes e afirmou que pessoas que fazem esse tipo de coisa não têm

autoridade moral para pedir diálogo com ninguém.

Humberto Costa (PT-PE) explicou que nem o PT nem Dilma jamais estimularam ou patrocinaram nenhum tipo de agressão ou divulgação de notícias falsas nas redes sociais.



Fotos: Moreira/Anziz/Agência Senado

O senador destacou que inverdades que circularam nas redes sociais devem ser atribuídas a indivíduos que utilizam inadequadamente a internet, e não a um partido. Para ele, é preciso ser feita uma legislação para que a

Polícia Federal possa retirar de circulação, o mais rápido possível, as mentiras ou agressões postadas.

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que foi informado que a Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal poderá detectar de onde partiram as ofensas a Aloysio.

Lúcia Vânia (PSDB-GO), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Eduardo Suplicy e o presidente do Senado, Renan Calheiros, se solidarizaram com Aloysio.

— O Brasil conhece e admira Aloysio Nunes Ferreira e nós, senadores, muito mais porque o respeitamos aqui no dia a dia do Senado Federal — disse Renan.

## Figueiró comenta resultado das eleições

Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse ontem que a campanha teve o mérito de colocar a política na ordem do dia. Lamentou, porém, que tenha resultado num país dividido.

E isso se deveu, disse o senador, ao que classificou de campanha sórdida do governo, incentivando o ódio.

Mas, ao mesmo tempo, Figueiró disse



que o resultado das eleições mostraram que a oposição, apesar de ter perdido, saiu fortalecida e mais capaz de cobrar ações do governo:

— Não podemos continuar desse jeito. Não

podemos repetir a mesma fórmula de baixo crescimento e inflação alta. Não podemos aceitar os equívocos da política econômica — disse.

## Bauer pede diálogo entre oposição e governo

Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu a abertura do diálogo entre a oposição e o governo, após o fim das eleições, para que os interesses do povo brasileiro fiquem acima da disputa política.

Na opinião dele, o entendimento envolvendo os adversários políticos é necessário depois que Aécio Neves recebeu 51 milhões de votos, pouco



menos da metade.

O senador ainda cobrou medidas do governo para recuperar a moralidade administrativa e dar estabilidade à economia do país.

Apesar de a presidente reeleita Dilma ter pedido um prazo para anunciar as medidas para tranquilizar o mercado, Bauer acredita que a demora pode dar margem a especulações.

## Comissão busca aprovar relatório da LDO 2015

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, ao meio-dia, em busca de consenso para aprovação do relatório preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLN 3/2014).

Os integrantes da comissão — que ontem não alcançou quórum — manterão encontro com o relator da LDO, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), para tratar da matéria. A aprovação do relatório preliminar, já lido na comissão, abre prazo para apresentação de emendas ao projeto.

Outro tema a ser discutido com Vital está relacionado à garantia da execução das

emendas individuais ao Orçamento, tendo em vista que a proposta de emenda à Constituição que trata do tema ainda não teve a votação concluída na Câmara. A matéria teve origem no Senado (PEC 22/2000) e foi aprovada pelos senadores em agosto de 2006. Desde então, aguarda a decisão dos deputados.

Aprovada no Plenário da Câmara em primeiro turno no mês de maio, o texto-base da chamada PEC do Orçamento Impositivo obriga a execução das emendas individuais ao Orçamento da União até o limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no ano anterior.



Deputado Devanir Ribeiro (D), presidente da CMO, também quer votar créditos

A expectativa do presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), é que também sejam apreciados alguns dos seis projetos

de lei do Congresso que tramitam na comissão, os quais preveem a abertura de crédito extraordinário a diversos órgãos do governo.

## Pauta tem projeto que abre crédito para pagar subvenção ao seguro rural

Um dos projetos na pauta da Comissão Mista de Orçamento é o PLN 32/2014, que abre crédito de R\$ 310,1 milhões em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O crédito permitirá o pagamento de subvenção ao prêmio do seguro rural nas contratações feitas pelos produtores junto às segura-

doras, em benefício de 25 mil agricultores em 2014, tendo em vista que a dotação atual é insuficiente para cobrir a demanda pelo benefício na safra de verão. Também possibilitará o atendimento de despesas com concurso público para preenchimento de 242 cargos no Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), com vistas à re-

composição de mão de obra especializada.

O crédito também viabilizará, no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a continuidade das operações do Programa de Vendas em Balcão, assim como a finalização do acompanhamento e da avaliação de safras em 2014. Também vai proporcionar a

aquisição de mobiliário para as 27 superintendências regionais, a fim de atender as necessidades decorrentes do aumento de empregados oriundos de concurso público.

Permitirá ainda a execução de reforma na matriz da companhia no Distrito Federal e na sede da superintendência regional no Ceará.

## Regulamentação de albergues turísticos deve ser votada hoje

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deverá analisar, em decisão final, projeto de lei do Senado que inclui os albergues entre os prestadores de serviços do setor.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 511/2011 altera a Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008) e trata da regulamentação necessária para enquadrar um estabelecimento como como albergue. De autoria de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a proposta conta com o voto favorável da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA). O projeto já recebeu parecer favorável da CCJ.

A CDR deve apreciar também, entre outras propostas, o PLS 212/2008, que altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) para instituir diretriz que os municípios deverão observar sobre padrões de acessibilidade e conforto para as dependências internas de edificações, inclusive as reservadas aos trabalhadores domésticos. O projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) tem parecer favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO).